

# O TRABALHO FEMININO NA ECONOMIA PRÉ-INDUSTRIAL: TÓPICOS DE INVESTIGAÇÃO

---

Felipe Mendes Erra\*

**PALAVRAS-CHAVE:** Economia Pré-industrial; História do Trabalho; História de Gênero.

## Introdução

A historiografia vem levantando novas questões sobre o protagonismo feminino no universo político e intelectual. Não obstante, a abordagem econômica também pode contribuir. As formações sociais do Ocidente, no período Pré-Industrial, foram construídas sobre o esforço de gerações de trabalhadoras, nos mais diversos ramos de trabalho e em diversas condições de vida. Apresentamos aqui dois tópicos que podem ajudar a investigação: a heterogeneidade no espaço e no tempo, e a distinção de categorias sociais.

## Breve prolegômeno por uma História das Trabalhadoras

O autor anônimo de *Lé Menagier de Paris*, texto produzido na segunda metade do século XIV, ao propor uma espécie de lição exemplar sobre o comportamento da esposa ideal, realiza uma sequência narrativa protagonizada por duas mulheres. *Jeane la Quentine*, casada com um próspero cidadão de Paris, toma conhecimento de que o marido tinha uma amante; após guardar silêncio, não demora a descobrir a identidade da outra pessoa: uma fiandeira. Então, dirige-se ao local de habitação da jovem trabalhadora, apenas para se espantar com o nível de pobreza do lugar. A fiandeira vivia sozinha e residia em um quarto. Nos diz o narrador: “(e então Jeane entrou) no quarto, e percebeu que a pobre moça não possuía nada, nenhuma comida, nem lenha para se esquentar, nem velas, nem carvão, nada; a não ser uma cama e uma coberta, e sua roda de fiar e quase nada de roupas”. A partir daí, Jeane procura fazer um acordo com a fiandeira; pedindo para que essa não aparecesse em público com o marido, argumenta que, visando à saúde e à comodidade do

---

\* É pesquisador do Programa de Pós-graduação em História Econômica da Universidade São Paulo, para obtenção do título de mestre, e integrante do LEME. Essa pesquisa recebe financiamento da FAPESP.

homem, passaria a providenciar um conjunto de bens para a amante: uma vasilha para higiene, uma cama feita de penas, almofadas, lenha para aquecimento, vestimentas novas e limpas<sup>13</sup>. Podemos desdobrar a análise da narrativa em dois níveis. O primeiro decorre, obviamente, da percepção de uma narrativa masculina estabelecendo os padrões de comportamento das mulheres, sempre em decorrência de uma função social clara: nesse caso, o casamento será reestabelecido, pela atuação exemplar de Jeane, protagonista da narrativa; e não teremos notícias da fiandeira. No segundo nível de análise, partindo do caráter de ficção verossímilante da narrativa, temos a possibilidade de colher dois aspectos que, provavelmente, não seriam incomuns ao universo social dos destinatários da obra. Primeiro, a existência, na Paris do tempo, de trabalhadoras pobres, solteiras ou não, vivendo em escassa condição de vida material. E, em segundo, diversos níveis de possibilidade de autonomia econômica: na nossa narrativa, Jeane dispõe do controle de bens de luxo, sem necessidade de consultar o marido. Com isso, chegamos ao primeiro tópico importante para a investigação do trabalho feminino na História: a heterogeneidade das condições de vida e das classes sociais entre as trabalhadoras.

Nosso breve texto não tem intenção de descrever as características do trabalho de acordo com as diferenças de gênero, e tampouco levantar uma teoria. Nosso objetivo, mais modesto, se resume a elencar alguns tópicos de investigação. O estudo da história do trabalho realizado por mulheres pode ser comparado a uma árvore frondosa, na medida em que se multiplicam os ramos temáticos e as possibilidades de pesquisa. Antes de se proceder a qualquer exercício de taxonomia ou à construção de um modelo teórico, consideramos que uma razoável contribuição pode surgir a partir do esboço de um “prolegômeno”, propondo elementos básicos que auxiliem a conduzir o primeiro olhar ao emaranhado desconhecido.

O primeiro tópico de investigação decorre do tempo e do espaço. É possível tratar o trabalho feminino das formações sociais do Ocidente (e de suas colônias) desde o ponto de vista da “Longa Duração”, enfrentando o chamado período Pré-Industrial, ou seja, o tempo histórico que se esboça no

13 “Et vint en l’hostel et trouva la povre fille qui n’avoit aucune garnison quelconque, ne de busche, ne de lart, ne de chandelle, ne de huille, ne de charbon, ne de rien, fors un lit et une couverture, son touret et bien pou d’autre mesnage. Si luy dist tels mots: Ma mie, je suis tenue de garder mon mary de blasme (...) et sans ce qu’il sache riens, je vous enverray une grant paille pour luy souvent laver les piés, garnison de busche pour le chauffer, un bon lit de duvet, draps et couverture selon son estat, cuevrechiefs, orilliers, chausses et robelinges nettes”. (Le Ménagier, 1846, pg. 237-238), tradução minha.

século XIII e, passível de subdivisões, se desenrola até as profundas rupturas da segunda metade do século XVIII? Mas, para isso, será sempre preciso levar em conta os conjuntos de temporalidades, com suas sincronias e dissincronias<sup>14</sup>. Uma questão simples serve para fundamentar o ponto: podiam as mulheres exercer o papel de mestras de ofício? Sheilagh Ogilvie (2004), analisando a documentação relativa à região de Wurtemberg, entre 1650 e 1750, encontrou uma intensa participação das mulheres em três ramos de trabalho: atividades agrícolas, atividades domésticas (“maid servant”), e trabalho de fiação. A última atividade está ligada ao processo de manufatura têxtil, setor econômico importante da região no período em tela; não obstante, o estatuto dos tecelões proibia que as mulheres ocupassem o posto de mestra de ofício, ou seja, que fossem possuidoras de um ateliê produtivo, detendo da propriedade dos meios de produção e comandando um pequeno grupo de trabalhadores<sup>15</sup>. Quando voltamos nosso olhar para outro período e região, encontramos uma situação diversa. Na pujante Florença da primeira metade do século XIV, que então figurava entre os dez maiores conglomerados urbanos do continente europeu, e tinha importante participação no comércio internacional, encontramos nos textos de regulamentação a possibilidade de mulheres comandarem um ateliê de produção. O capítulo 16 do Estatuto dos Forneiros, datado de 1337, ao dispor sobre o período de treinamento dos aprendizes, legisla que: “todo e qualquer discípulo e discípula, que permanecer junto com o mestre, ou com a mestra, que tiver salário, deve ter comportamento idôneo (...) e se apresentar diante do consul da dita arte, respeitando o estatuto da dita arte<sup>16</sup>”.

A regulamentação florentina prevê a participação do trabalho

---

14 Não cabe aqui a discussão sobre o conceito de tempo histórico; apenas explicitamos nossa adesão às reflexões de Koselleck (2012).

15 Para a apresentação do funcionamento de um ateliê de ofício, sugerimos Geremek (1968).

16 “Item omnes et singuli discipuli et discipule huius artis comorantes cum aliquo magistro, vel magistra, ad salarium teneatur et debeat ydonee satis dare de salvando et custodiendo bona magistrorum et de parendo mandato rectorum et consulum artis predicte, de hiis que, facere habuerint cum dicta arte, secundum formam statuti dicte artis, ad mandatum consulum dicte artes, pro tempore existentium”. Statuti dell’Arte dei Fornai, 1956, pg. 5, tradução minha. É interessante notar que a palavra latina “discipulus” pertence ao gênero masculino, e “discipule” corresponde, no latim clássico, ao vocativo. Achamos mais provável a interpretação do uso do nominativo plural (“discipuli”), masculino, e ou uma adaptação inusitada do latim vulgar para o feminino (“discipule”), ou o uso do vernáculo toscano do período – aliás, na língua italiana atual, “discepole” é a forma do feminino plural para “discepolo”.

feminino, seja como aprendiz ou como mestra de ofício. Torna-se temeroso, portanto, formular uma generalização para a participação feminina nos trabalhos regulados pelas corporações, para o período pré-industrial. O que, entretanto, podemos ver com segurança é a formação de uma diferença de categoria social entre as trabalhadoras. Podemos expor esse tema a partir de três pontos de vista diferentes. Em primeiro, permanecendo no Estatuto dos Forneiros, devemos recordar que a hierarquia do ateliê de produção assentava-se em três categorias: o mestre, o oficial, e o aprendiz. Ao término do período de aprendizagem, o trabalhador “qualificado” para a profissão, se permanecesse no ofício, teria dois destinos: passar a comandar um ateliê, se tivesse recursos para isso, ou vender seu trabalho como oficial<sup>17</sup>. Poderíamos, a partir da regulamentação, imaginar que algumas aprendizes, ao término do período, se tornariam mestras, enquanto outras teriam de encontrar trabalho como oficiais? Se a documentação não permite responder a pergunta, podemos avançar o problema elencando um segundo aspecto.

Do ponto de vista da organização, o mundo do trabalho recebia uma secção fundamental: as atividades organizadas em corporações, e que representavam uma minoria, e as atividades não regulamentadas, destituídas de estatutos. É nessas últimas, em geral, que encontramos menores níveis de remuneração; e uma das reivindicações da grande revolta ocorrida em Florença, em 1378, realizada por trabalhadores urbanos, se referia ao direito de constituírem corporações para suas atividades (COHN, 1980). A participação no trabalho de fiação atestado por Sheilagh Ogilvie (2004) se insere nesse tipo; mas, para permanecermos na Itália, temos o registro da participação feminina como trabalhadoras “não-qualificadas” no setor da construção. Assim, na construção do Aqueduto de Fontebecci, realizado durante os anos de 1340 e 1341 na cidade de Siena, temos a contratação de 25 mestres de ofício (todos homens), e 379 *manovali*<sup>18</sup>, entre os quais 53

---

17 Poderiam existir diversos arranjos entre o oficial contratado e o mestre do ateliê. Mais comuns, entre os séculos XIV e XVII, eram contratos anuais ou semanais. Items como a residência ou não do oficial, a necessidade de providenciar alimentação ou não pelo contratador, também diferiam.

18 Podemos dividir o setor da construção em quatro tipos de trabalhadores: o mestre da construção; o talhador de pedra; o pedreiro; e o *manovali*. Na Paris da Baixa Idade Média, os três primeiros tipos se organizavam em corporações (GEREMEK, 1968), se aproximando do que o pensamento contemporâneo designa como “trabalhador qualificado”. *Manovali* é o termo vernacular italiano daquele período para designar os trabalhadores (sem corporação) responsáveis pelo carregamento dos materiais e pela preparação da cal. Recebiam os menores salários. Diferentemente da Itália, na Paris medieval as evidências apontam que

mulheres (BALLESTRACI, 1977). Na construção de um canal de irrigação próximo de Pávia, entre 1474 e 1475, os *manovali* eram contratados semanalmente: dos 640 trabalhadores registrados na documentação, encontramos 281 mulheres (ZANOBONI, 2014).

A narrativa do *Le Ménagier de Paris* nos coloca diante de duas mulheres de condições de vida diferentes; nada informa, no entanto, sobre se a protagonista Jeane realizava qualquer gênero de trabalho. Não obstante, temos indícios para crer que a esposa do mestre de ofício participava de forma ativa no trabalho, no interior do ateliê de produção (GEREMEK, 1968). Ogilvie (2004) argumenta que as esposas compartilhavam o domínio sobre as técnicas de produção; e diversos estatutos previam que, caso o mestre de ofício falecesse, o ateliê poderia continuar funcionando, desde que a esposa se casasse com um homem pertencente à corporação (e que possuía, portanto, o treinamento necessário). O caso dessas trabalhadoras é exemplar em outro aspecto: uma espécie de sombra de esquecimento sob o qual subjazem. Por serem exercidos no interior da unidade familiar, contando com o marido como o titular responsável pelo espaço de produção, sofreram muita vez um processo de apagamento social, quando não negligência da historiografia. Não obstante, analisando os testamentos dos artesões de Málaga do século XV, Maria Lopes Beltrán (2010) descobriu legados enunciando a participação da esposa na constituição do patrimônio familiar. Em um dos testamentos, o marido deixa metade do patrimônio à esposa, justificando: “porque tudo o que temos, ganhamos pelo trabalho de ambos<sup>19</sup>”. Em situação semelhante, o Conselho Municipal concedeu à viúva tocar adiante a loja de especiarias que o marido possuía, pois ela havia demonstrado ter “as mesmas qualidades e habilidades que o dito maestro Monfort, seu marido<sup>20</sup>”.

## Conclusão

Essas três formas de trabalho (destituído de corporação, oficialmente registrado na corporação, e no interior do ateliê de ofício) se referem à esfera do trabalho ligado à economia mercantil e monetária. Porém, é necessário considerar que, na economia pré-industrial, diversas atividades não adentravam no circuito comercial; citamos apenas algumas ligadas à casa: a provisão de água, a higiene, a iluminação, o aquecimento. De forma resumida,

---

todo trabalho no setor da construção era realizado por homens, mais um aspecto das diferenças de tempo e espaço.

19 “los avemos ganado anbos a dos” (BELTRÁN, 2004, pr. 15), tradução minha.

20 “las mismas calidades e condiciones que el dicho maestro Monfort, su marido” (BELTRÁN, 2004, pr. 15), tradução minha.

podemos dizer que tanto homens quanto mulheres realizavam uma multiplicade de tarefas que não participavam dos circuitos mercantis e, infelizmente, deixaram evidências difusas, quando não deliberadamente colocadas no esquecimento. Nem por isso podemos deixar de notar que as trabalhadoras que construíram o mundo moderno podem fornecer um material de trabalho privilegiado para a historiografia. Não nos resta senão tentar fazer jus.

## REFERÊNCIAS

### Fontes primárias

*Le Ménagier de Paris*. Paris: Crapelet, tomo 1, 1846.

*Statuti delle Arti dei Fornai e dei Vinattieri di Firenze (1337-1339)*, Francesca Morandini (ed.), Firenze: Olschki, 1956.

### Historiografia

BALESTRACCI, Duccio. “Li lavoranti non cognosciuti”. In: *Bullettino senese di storia patria*, Siena: Accademia Senese degli Intronati, 1977, pg. 67-157.

BELTRÁN, M. Teresa López. “El trabajo de las mujeres en el mundo urbano medieval”. In: *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 40-2, 2010, pg. 29-57.

COHN JR., Samuel K. *The Laboring Classes in Renaissance Florence*. New York: Academic Press, 1980.

GEREMEK, Bronislaw. *Le salariat dans l'artisanat parisien aux XII-XV siècles*. Paris: École des Hauts Études en Sciences Sociales, 1968.

KOSELECK, Reinhart. *Futuro passado*. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc, 2012.

OGILVIE, Sheilagh. “Women and Labour Markets in Early Modern Germany”. In: *Jahrbuch für Wirtschaftsgeschichte/ Economic History Yearbook*. vol. 45, n. 2, 2004, pg. 25-60.

ZANOBONI, Maria Paola. “Donne al lavoro nell’edilizia medievale” . In: *Archivio Storico Italiano*, vol. 172, n. 1 (639), 2014, pg. 109-132.